

De Olho na LIBERTAS

"O PREÇO DE UMA
APOSENTADORIA TRANQUILA
É A ETERNA VIGILÂNCIA"

Coletivo de Entidades

senge
MINAS GERAIS

Grupo de Estudos
Libertas Copasa

ASSEPE-MGS
Associação dos Empregados
Públicos Estaduais da MG

após prodemge



CTProdemge

SETEMBRO/2014

Faça contato! Siga, curta e compartilhe!



facebook.com/DeOlhoNaLibertas



deolhonalibertas@gmail.com

Por que votar nos candidatos do coletivo "De Olho na Libertas"

Prezados participantes.

O coletivo representado pelas chapas "DE OLHO NA LIBERTAS" tem por objetivo eleger não meramente conselheiros para os quadros da Fundação, mas sim um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal comprometidos com os anseios do conjunto dos participantes. O que está em questão é uma mudança de postura desses Conselhos, por meio de uma atuação qualificada, democrática, transparente e que ofereça a todos os participantes dos planos administrados pela Libertas a segurança de uma aposentadoria sem sustos e surpresas desagradáveis.

O primeiro passo para isso, e talvez o mais difícil, já foi su-

perado, que foi o de mudar o Estatuto da Fundação. Até essa mudança, como todos já sabem, o estatuto descumpria a legislação vigente, ao impedir que qualquer participante, de qualquer patrocinadora, pudesse se candidatar.

A história já nos mostrou que candidaturas avulsas, por mais qualificada e bem intencionada que possa parecer, acaba por ser absorvida pelo corporativismo que toma conta da Fundação.

É importante saber, também, distinguir entre candidatos que tem compromisso com a coletividade, frente àqueles com vínculo maior com a direção das empresas patrocinadoras.

Ao votar nos candidatos das chapas "DE OLHO NA LIBERTAS" você estará assegurando esse compromisso.

CONSELHO DELIBERATIVO

CHAPA 4 – DE OLHO NA LIBERTAS • CD COPASA



TITULAR
Milton Luiz Costa

Diretor Executivo do Sindágua, Milton Luiz Costa tem 43 anos de idade e 18 anos de COPASA. Admitido em 1996 como Leiturista, atualmente é Supervisor Administrativo no DTAV em Santa Luzia. Milton é técnico de Contabilidade e Administração de Empresas.



SUPLENTE
Welinton Rais da Silva

Formado em Administração Pública e Direito, Welinton Rais tem 42 anos e 18 anos de COPASA. Atualmente, é técnico de eletromecânica da COPASA em Coronel Fabriciano, no Vale do Aço. Pós-graduado em Gestão Ambiental e em Direito do Trabalho Processual e Material, Welinton Rais é

Diretor Executivo do Sindágua.

CHAPA 3 – DE OLHO NA LIBERTAS • CD PRODEMGE



TITULAR
Gustavo Guimarães Garreto

Formado em Administração de Empresas com pós-graduação em Análise de Sistemas de Informação (UMA) e Gestão Estratégica Empresarial (FGV). Trabalha há 25 na Prodemge, onde já foi Programador, Analista e Executivo de Negócios. Membro da Comissão de Trabalhadores da Prodemge em 1994 e 2012,

possui certificado do curso de Noções Básicas de Previdência Complementar.



SUPLENTE
Antônio José Soares

Formado em Engenharia Mecânica (UFMG), já trabalhou na IBM, Açominas e Prodemge. Na Prodemge por 18 anos, foi Analista, Gerente e Assessor de Diretoria. É membro fundador do Project Management Institute-MG, onde ocupou a Presidência de 2003 a 2006. Ajudou a fundar a Associação

dos Aposentados da Prodemge (Após Prodemge) e foi membro do Conselho Fiscal.

CONSELHO FISCAL

CHAPA 3 – DE OLHO NA LIBERTAS • CF COPASA



TITULAR
Andrea Thereza Pádua Faria

Engenheira civil e bacharel em Direito, tem especialização e pós-graduação em Engenharia Sanitária e Meio Ambiente, Engenharia Econômica e Análise de Sistema. MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV. Trabalha na COPASA desde 1983 e é participante do plano previdenciário desde seu início.



SUPLENTE
Cesário Silva Palhares

Na COPASA desde 1993, começou na área operacional (DTLS). Passou pela DVSA e DVME quando, devido a sua defesa dos trabalhadores da COPASA, recebeu punição da direção e foi transferido para Paracatu. Desde 2011 está na DVNA como Agente de Saneamento como Assistente de Apoio Administrativo. Foi diretor do Sindágua.

CHAPA 4 – DE OLHO NA LIBERTAS • CF PRODEMGE



TITULAR
Renilton Barreiros Filho

Formado em Administração de Empresas e pós-graduado em Análise de Sistemas pela FUMEC, também é técnico em Contabilidade. Atualmente trabalha como Assessor Especial da Presidência da Ceasa.



SUPLENTE
Rubens Teixeira

Formado em Tecnologia da Informação, trabalha há 29 anos na PRODEMGE. Como membro da CT, atua na LIBERTAS (ex-Previminas) desde 2007. A partir de 2011, passou a atuar no Grupo Participação, onde contribui com o saneamento do plano de previdência e democratização do Estatuto da Libertas.

EDITORIAL

O Coletivo de Entidades De Olho na Libertas, composto pelas entidades representativas Sindados-MG, Senge-MG, CT Prodemge, Grupo Estudo Libertas Copasa, ASSEPE-MGS e Apos-prodemge, alerta os participantes da Fundação Libertas.

Não bastasse os inúmeros casos de fraudes, má-gestão e interferências político-partidárias em fundos de pensão que temos que conviver diariamente pelo Brasil afora, vivemos uma situação que agrava em muito o ambiente de vulnerabilidade da previdência complementar em nosso país. O despreparo dos conselheiros (eleitos e indicados) dos órgãos estatutários dos fundos de pensão, bem como a omissão de suas entidades representativas.

Cientes da gravidade da situação e após autocrítica, as organizações do Coletivo de Entidades, decidiram enfrentar o problema a partir de um projeto cujo principal objetivo é a mudança do modelo de acompanhamento da gestão da Fundação Libertas.

No caso da Libertas, apesar da ótima gestão conduzida atualmente pelo corpo técnico e diretivo da fundação, é preciso entender que não estamos blindados contra futuras intervenções político-partidárias, presentes em várias fundações. A Fundação Libertas é uma das poucas entidades onde, para ser diretor, não é preciso ter vínculo com nenhum plano previdenciário administrado por ela.

Precisamos ser mais criteriosos e rigorosos na escolha de nossos conselheiros. Não podemos continuar abrindo espaço para o amadorismo, permitindo que pessoas sem disponibilidade e sem o preparo adequado se transformem em conselheiros. Esta é uma responsabilidade que as entidades sindicais e associações precisam assumir.

Ser membro dos órgãos estatutários da Libertas, antes de ser um privilégio, é uma grande responsabilidade, que exige muita dedicação e muito estudo. Esses cargos não podem e nem devem ser utilizados como moeda de troca ou instrumento de acomodação política ou de vaidades.

O Coletivo de Entidades de Olho na Libertas, preocupado em blindar a fundação contra o amadorismo, a má-gestão, fraudes e interferências político-partidárias, entende que precisamos eleger as chapas cujos candidatos estejam alinhados com este projeto.

CONSELHEIRO: Não basta formação e honestidade

Ninguém discorda que para termos um sistema de previdência privada forte, fundações saudáveis e atuando com as melhores práticas, precisamos de conselheiros (as) preparados (as), comprometidos (as) e principalmente com um forte aparato político e técnico lhes respaldando. Para melhor entendimento, relacionamos abaixo seis questões que, esperamos, ajudem os participantes e assistidos da Fundação Libertas a compreenderem a importância de escolher bem quem irá enfrentar todo o aparato das patrocinadoras, quando for o caso:

1. No geral, os conselheiros deliberativos e fiscais representantes de participantes e assistidos estão adequadamente preparados para analisar e identificar as oportunidades ou ameaças para seus planos de previdência?

2. No geral, os conselheiros deliberativos e fiscais têm a disponibilidade necessária para analisar e identificar as oportunidades ou ameaças para seus planos de previdência?

3. No geral, os conselheiros deliberativos e fiscais possuem a formação e a capacitação adequada para exercerem seu trabalho conforme a legislação exige e as melhores práticas recomendam?

4. Os conselheiros deliberativos e fiscais

possuem algum suporte técnico independente, tais como analista de mercado, contador, atuário, advogado, etc?

5. Um conselheiro deliberativo representante de participante e assistido — individualmente ou em conjunto com os outros dois representantes — consegue, de forma isolada enfrentar situações em que exista conflitos de interesses com a patrocinadora, sem o respaldo político, técnico e financeiro das entidades de classe representativas dos participantes e assistidos?

6. Existe algum órgão de governo que atue de forma preventiva para evitar má-gestão, fraudes ou quaisquer outros tipos de prejuízos às fundações de previdência privada, inclusive aquelas de cunho político-partidário?

Pela experiência acumulada de nossos militantes previdenciários, vários deles atuando como conselheiro deliberativo ou como conselheiro fiscal em outras fundações, responderam NÃO a todas as perguntas.

Portanto, **NÃO SE ILUDA COM CANDIDATURAS SOLTAS E ISOLADAS**, pois na hora de bater de frente com as patrocinadoras para defender os interesses dos participantes e assistidos, quem deve dar o suporte político, técnico e material são as entidades representativas.

A quem o Conselheiro representa

Importante que fique claro que, após as eleições, os conselheiros eleitos devem representar não apenas os colegas da sua empresa, mas todos os mais de 24 mil participantes e assistidos de todas as sete empresas patrocinadoras.

Terão a responsabilidade legal e administrativa para analisar e decidir sobre temas vinculados a 13 planos de previdência, desde alterações regulamentares, passando pela

aprovação de planos de custeio, balanços patrimoniais até a solução de eventuais desequilíbrios atuariais.

Não existe a figura do conselheiro da MGS, da Copasa ou de quaisquer patrocinadoras, seja ele eleito ou indicado. O conselheiro deliberativo ou fiscal da Libertas é responsável pela gestão e fiscalização dos 13 planos de previdência, patrocinados pelas sete empresas, inclusive a própria Fundação.

ELEIÇÕES LIBERTAS

OBJETIVO:

- Renovação de 50% dos conselhos deliberativo e fiscal – bancada dos eleitos. Daqui a 2 anos será a bancada de representantes das patrocinadoras.
- Critério da Libertas: a cada dois anos renovam-se as bancadas por inteiro.
- 3 vagas (titular e suplente) – Conselho Deliberativo
- 2 vagas (titular e suplente) – Conselho Fiscal

VOTAÇÃO: por internet ou telefone, através de senhas individuais.

QUEM PODE VOTAR: quem estiver inscrito em algum plano de previdência da Libertas.

PERÍODO DE VOTAÇÃO: 19/09 a 06/10/2014.

APURAÇÃO: 06/10.

POSSE DOS ELEITOS: 06/11

Conselheiros despreparados ou descomprometidos

No início do ano de 2013, 490 aposentados e pensionistas da extinta Minas Caixa receberam uma correspondência curta e grossa da Fundação Libertas, informando que seu benefício seria reduzido em mais de 28%. Imaginem uma pensionista que recebe um benefício de 3.000 reais, vê-lo reduzido para pouco mais de 2.000 reais em menos de um ano? Um ano depois, o plano de previdência dos ex-servidores da Minas Caixa sofreu intervenção e os aposentados

e pensionistas correm o risco de perderem seus benefícios.

Escolher bem quem irá nos representar nos órgãos estatutários da Libertas é o primeiro passo para evitar prejuízos e redução drástica de benefícios.

Quem pensa que existe algum órgão estadual ou federal tomando conta de nosso patrimônio na Libertas está redondamente enganado. Não tem nenhum órgão fiscalizando a gestão da fundação e de nenhuma outra

entidade de forma preventiva. O único órgão encarregado de fazer este trabalho é a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), autarquia federal ligada ao Ministério da Previdência. Acontece que a Previc só atua depois que a porta foi arrombada.

Apenas os conselhos deliberativo e fiscal podem atuar preventivamente. Daí a importância de escolhermos pessoas comprometidas e compromissadas.

Atual Conselho Deliberativo: decisões a toque de caixa e exclusão de benefícios de forma unilateral

Apenas quem vive minimamente o cotidiano de um plano de previdência tem ideia de sua complexidade e da imensa responsabilidade que cada conselheiro carrega sobre suas costas.

Não bastasse isso, os participantes e assistidos da Fundação Libertas tiveram ainda que conviver com representantes omissos e subservientes aos interesses das patrocinadoras em diversas situações.

1. Decisões a toque de caixa:

a. Estratégia Previdencial da Prodemge – Em 27 de fevereiro de 2012, os conselheiros deliberativos (indicados e eleitos) receberam uma convocação para uma reunião no dia 1º de março (4 dias depois) que iria decidir a aprovação de documentos da Estratégia Previdencial Prodemge (conjunto de ações visando o saneamento do déficit estrutural do plano). Eram muitos documentos para serem lidos, analisados e compreendidos num curtíssimo espaço de tempo. Os documentos foram aprovados sob alegação de que a estratégia era idêntica ao que havia sido realizado na Copasa. Óbvio que isto é impossível, a começar pelo tamanho das patrocinadoras envolvidas, número de participantes e patrimônio de cada plano.

b. Plano de Custeio Copasa – Em 15 de março de 2012, os conselheiros (indicados e eleitos) foram convocados para uma votação virtual da Alteração do Plano de Custeio do Plano Copasa RP1 fechado, a se realizar às 14hs do dia 16, menos de 24 horas depois. Não houve reunião, muito menos esclarecimentos e debates.

c. Em todos os dois casos de aprovação a

toque de caixa, as entidades representativas dos participantes e assistidos sequer foram consultadas.

2. Exclusão de benefícios dos trabalhadores e aposentados da Prodemge de forma unilateral

No início de 2013, a direção da Prodemge, de forma sorrateira, contando com a subserviência do Conselho Deliberativo, excluiu do plano de previdência, à revelia dos trabalhadores e de suas entidades representativas, benefícios como auxílio-doença e pecúlio por morte.

3. Falta de democracia e transparência:

a. Estatuto ilegal e excludente – Omissão e conivência com ilegalidades estatutárias que impediam que os participantes e assistidos da Libertas pudessem votar e ser votados.

b. Eleições convocadas na calada da noite – em janeiro deste ano, o atual Conselho Deliberativo da Libertas, tentou impor a realização das eleições sob o estatuto antigo, já considerado ilegal pelo órgão fiscalizador. Além dessa aberração, a convocação foi feita apenas pelo site da fundação e com um prazo curtíssimo para inscrição de chapas.

COMPOSIÇÃO ATUAL ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA FUNDAÇÃO LIBERTAS

Conselho Deliberativo (6 membros – 3 eleitos e 3 indicados)	
Rogério Matos de Araújo – Titular	Eleito Copasa
Alcindo de Lima Vieira – Titular	Eleito Ex-Minas Caixa
Cláudio Roberto Ferreira Utsch - Titular	Eleito Ex-Minas Caixa
Helter Verçosa Morato – Presidente (voto minerva)	Indicado MGS
Reginaldo Vicente de Resende - Vice-Presidente	Indicado Copasa
Paulo César Lopes - Titular	Indicado Prodemge
Conselho Fiscal (4 membros – 2 eleitos e 2 indicados)	
Inês Aparecida Soares – Presidente (voto minerva)	Eleita Ex-Minas Caixa
Maurício Pereira de Jesus - Vice-Presidente	Eleito Copasa
José Silveira Júnior - Titular	Indicado
Aloísio Carlos Pereira – Titular -	Indicado Copasa
Diretoria Executiva (3 membros – todos indicados pelo Governo Estadual)	
Fábio Lúcio Rodrigues Avelar	Diretor-Presidente
Carlos Henrique Amaral Queiroga	Diretor de Seguridade Social
Edson José Vidigal Paolucci	Diretor Administrativo e Financeiro

Vote nas chapas De Olho na Libertas
Vote chapas 3 e 4 para o CD e CF

Objetivos do Coletivo de Entidades “De Olho na Libertas”

1. Proteger a Fundação Libertas contra interferências político-partidárias, má-gestão, fraudes, amadorismo, etc;

2. Democracia e transparência – quem quiser participar do Coletivo, pode participar;

3. Mudança do modelo de acompanhamento da gestão da Libertas;

4. Plano de trabalho, com responsável e prazo visando a implantação dos compromissos do Coletivo de Entidades;

5. Balanço (programado x executado) e avaliação periódica do plano de trabalho.

Mudança do modelo

1. Melhorar a forma de escolha dos candidatos (conselheiros) aos conselhos que receberão apoio do Coletivo de Entidades, estabelecendo critérios técnicos, objetivos e transparentes;

2. Investir na formação e capacitação dos conselheiros de forma a prepará-los adequadamente para o exercício da função;

3. Suporte técnico aos conselheiros – proporcionar aos conselheiros eleitos todo o suporte técnico necessário para sua atuação no respectivo conselho, tais como analista de mercado, contador, jornalista, advogado, atuário, etc.

Melhorar a gestão e investir na educação previdenciária

Temos a sensação que o governo do Estado e as patrocinadoras não querem conselheiros atuantes e cumprindo efetivamente com seu papel legal e administrativo. Forçoso que o governo admita a impossibilidade de que apenas seis pessoas consigam administrar, de forma profissional e eficiente, 13 planos de previdência de sete patrocinadoras diferentes. Não encontramos nenhum motivo razoável que justifique que até hoje os Conselhos consultivos não tenham saído do papel.

Conselhos consultivos – Anual e rotineiramente, os membros dos conselhos deliberativo e fiscal são responsáveis pela análise e aprovação (cada órgão com suas atribuições) do plano de custeio, relatório anual e demonstrativos contábeis de 13 planos de benefícios de trabalhadores de sete patrocinadoras diferentes.

Eventualmente, os conselheiros também podem ser acionados para analisar e deliberar sobre alterações estatutárias, bem como regulamentares dos mesmos 13 planos previdenciários. Sem dúvida nenhuma, trata-se de um volume de trabalho extremamente elevado para analisar e deliberar. Exatamente por isso, o Grupo Complementação (entidades representativas dos trabalhadores da Copasa) apresentou sugestão (acatada e incluída no estatuto em 2010) para criação de conselhos consultivos.

Apesar de estar previsto no artigo 28º

do Estatuto da Libertas (ver abaixo) desde 2010, a criação de conselhos consultivos não saiu do papel, por falta de interesse da diretoria executiva e por omissão do Conselho Deliberativo da Libertas.

Art. 28 – A Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO LIBERTAS, se considerar pertinente, poderá apresentar ao Conselho Deliberativo proposta de criação de Conselhos Consultivos para os planos de benefícios de natureza previdenciária, e que terão como objeto a proposição de políticas e de acompanhamento de cada um deles.

Educação previdenciária – Trata-se de um conjunto de ações direcionadas aos participantes, assistidos e beneficiários de forma a conscientizá-los da importância do planejamento financeiro e previdenciário para um futuro tranquilo.

O exemplo negativo é em relação à MGS, onde menos de um terço dos trabalhadores estão inscritos no plano de previdência. Incompreensível que, no universo de 19 mil empregados da MGS, nem 1/3 esteja inscrito no plano de previdência. A não ser que previdência privada não esteja sendo tratada como um benefício ao trabalhador. Educação previdenciária precisa ser tratada como uma ação que busque mudar o comportamento do trabalhador em relação ao seu futuro. Não pode ser reduzida a uma mera realização de eventos para satisfazer o órgão fiscalizador.

GLOSSÁRIO

Déficit Técnico - Insuficiência patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios.

Equilíbrio Técnico Atuarial - Expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores de um Plano de Benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

Patrocinador - Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras enti-

dades públicas que instituem, para seus empregados ou servidores, Plano de Benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de EFPC.

Portabilidade - Instituto pelo qual o participante, após a cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador, transfere os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano operado por entidade fechada ou aberta.

Resgate - Instituto pelo qual o participante, após a cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador, desliga-se

do Plano de Benefícios, optando por receber de volta, no mínimo, o valor atualizado de suas contribuições pessoais vertidas ao Plano de Benefícios, descontadas as parcelas de custeio administrativo e dos benefícios de risco.

Tábuas Biométricas (tábua de mortalidade) - Instrumentos estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir, em cada idade, as probabilidades dos eventos de morte, sobrevivência, morbidez e invalidez de determinado grupo de pessoas vinculadas a um Plano de Benefícios.

Vote nas chapas De Olho na Libertas

Vote chapas 3 e 4 para o CD e CF